



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0055763-05.2017.6.05.8000
INTERESSADO : COSAD
ASSUNTO : Comodato de imóvel para abrigar a sede da 162ª ZE - Francisco do Conde

PARECER nº 304 / 2025 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam os presentes autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos com vistas à formalização de novo contrato de comodato, uma vez que o Contrato nº 56/2023 (doc. nº 2529979), firmado entre este Tribunal e o município de São Francisco do Conde para o fim de abrigar a sede da 162ª Zona, alcançou seu termo final em 29.09.2024.

2. A 162ª ZE, manifestando interesse em permanecer no imóvel onde funciona o cartório eleitoral, acostou os seguintes documentos: a) Declaração da Prefeitura concordando em manter a cessão do imóvel através de contrato de comodato (doc. nº 2944918); b) Concordância da juíza eleitoral em manter o cartório eleitoral no imóvel (doc. nº 2839153) e c) 2º termo aditivo ao contrato de locação nº 179/2022, celebrado entre o município de São Francisco do Conde e o particular, com início em 29.09.2024 e término em 29.09.2025 - cláusula segunda (doc. nº 3085590).

2.1. Ademais, por meio do doc. nº 2854154, o gestor do contrato anterior informa que o objeto da contratação se mostra essencial ao desempenho das atividades do órgão, de modo que a descontinuidade da prestação dos serviços acarretaria prejuízos à Administração.

3. Indo os autos à COGELIC, essa unidade pontua (doc. nº 3409918):

Nada obstante o alerta quanto à proximidade do vencimento do contrato feito em maio de 2024, consoante doc. [2818198](#), retornam os autos no corrente exercício, com termo aditivo celebrado pelo Município de São Francisco do Conde, o qual prorroga o contrato de locação do imóvel dado em comodato a este Tribunal até 29 de setembro do corrente (doc. [3085590](#)).

Considerando que o Contrato nº 56/2023 não foi formalmente prorrogado, visto que os autos não retornam tempestivamente para tanto, à SECONT para análise.

4. A SECONT promoveu a juntada da minuta de novo contrato de comodato, tendo em vista a extinção do Contrato nº 56/2023, por não prorrogação tempestiva. Na oportunidade, sinaliza a necessidade de apresentação do novo termo aditivo ao contrato de locação da prefeitura com o proprietário, prorrogando a vigência para 29.09.2026, data estipulada como termo final de vigência do ajuste e salienta que, na ausência de termo aditivo, a vigência poderá ser alterada na minuta, para sinalizar a data de 29.09.2025 como termo final (doc. nº 3418698).

É o relatório.

5. À vista do exposto, restando demonstrado o interesse do Juízo Eleitoral da 162ª ZE em permanecer no imóvel onde o cartório eleitoral está instalado, bem como da municipalidade em sua disponibilização através de comodato e, ainda, a manifestação do gestor do contrato, não vislumbramos óbice à celebração da pretendida avença.

6. Quanto à minuta encartada, observamos que se encontra apta a produzir os efeitos jurídicos almejados (doc. nº 3418557).

7. De referência à data indicada para o termo final de vigência (até 29 de setembro de 2026), constante da cláusula terceira da minuta, de fato poderá ser mantida, desde que, **anteriormente** à formalização do instrumento definitivo, seja apresentado novo termo aditivo ao contrato nº 179/2022, prorrogando a vigência para 29.09.2026. Caso contrário, cabe o devido ajuste para considerar o dia 29.09.2025.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Raquel Ferreira Alves**, **Técnico Judiciário**, em 25/07/2025, às 13:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3434728** e o código CRC **D9679539**.